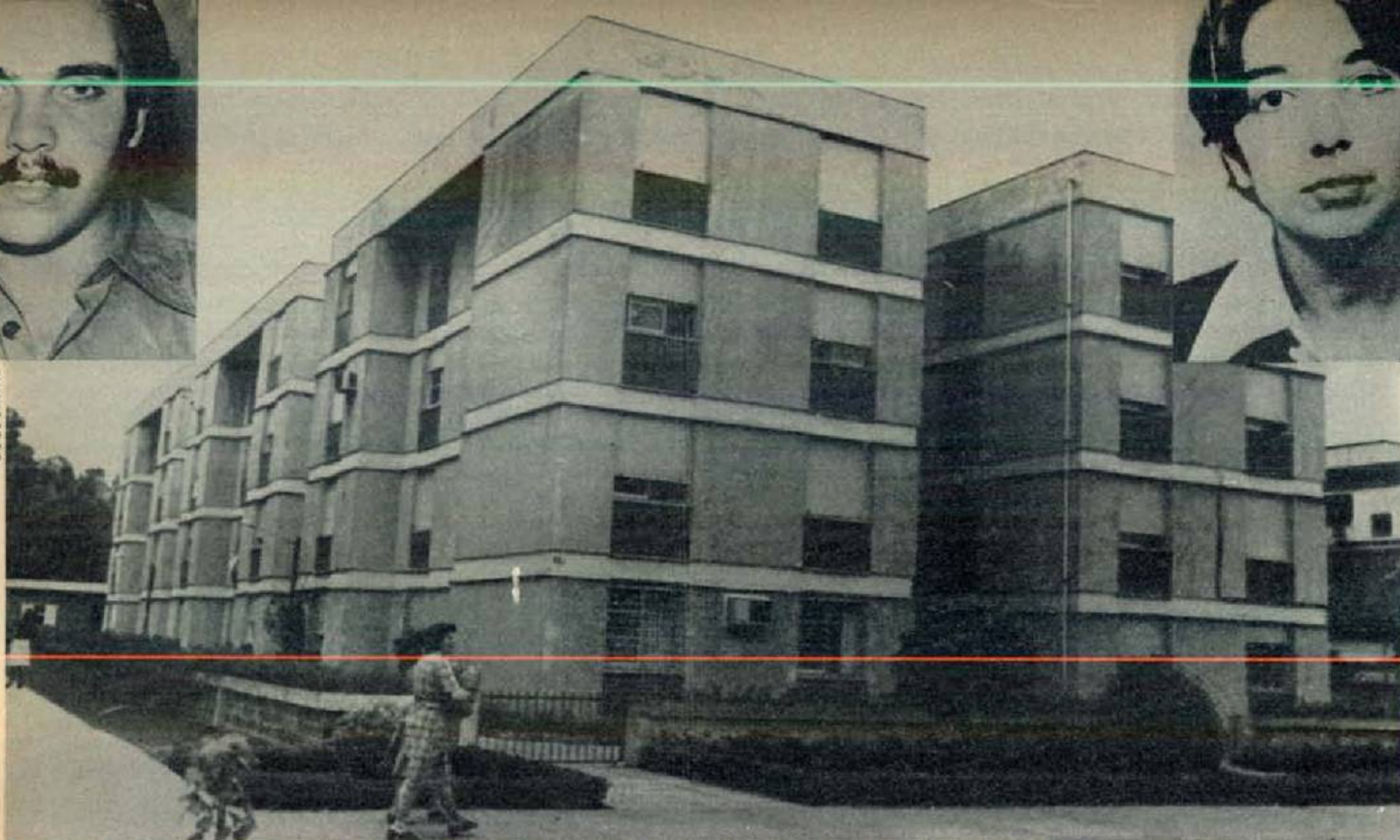




COJOURNAL

ABRIL PRESS

RICARDO CHAVES



Universindo, Lilian e o prédio da rua Botafogo: uma trajetória misteriosa até a prisão de Montevideu

SEQÜESTRO

Mais perto da verdade

Apesar do silêncio da polícia brasileira e do governo de Montevideu, surgem os primeiros suspeitos no caso dos quatro exilados uruguaaios

O Palácio do Planalto e o Itamaraty continuam dizendo que o assunto ainda não é de sua alçada. A polícia do Rio Grande do Sul nega qualquer envolvimento. E o governo uruguaio mantém sua versão oficial de que nada tem a ver com o que ocorreu em Porto Alegre. Quem, então, seqüestrou Lilian Celiberti Rosas de Casariego, seus filhos Camilo, de 8 anos, e Francesca, de 3, e o estudante Universindo Rodríguez Díaz, quatro exilados uruguaaios desaparecidos de um apartamento na rua Botafogo, em Porto Alegre, no último dia 17 de novembro? Como Lilian e Universindo apareceram dias depois em uma prisão de Montevideu e as duas crianças foram entregues à custódia de seus avós, também na capital uruguaia?

Assistente involuntário de parte do

seqüestro, juntamente com o fotógrafo João Batista Scalco, o chefe da sucursal de VEJA em Porto Alegre, Luís Cláudio Cunha, dedicou-se nas últimas semanas a um paciente trabalho de reconstituição dos fatos e de busca da verdade a respeito do seqüestro. De suas andanças, uma coisa ficou certa: crescem cada vez mais as evidências de envolvimento de policiais brasileiros — no caso, o delegado do DOPS gaúcho, Pedro Seelig, denunciado na semana passada pelo advogado João Antônio Castro. Este é o relato de Cunha, desde a tarde de 17 de novembro:

— *Una pareja y dos niños que viven en Porto Alegre están desaparecidos hace una semana. Los nombres son Lilian Casariego y Universindo Rodríguez Díaz y los niños se llaman Camilo y Francesca. La dirección es calle Bota-*

fogo, 621, habitación 110, bloco 3. Por favor, necesitamos que alguien vea lo que pasa.

— Mas o que significa “desaparecidos”?

— *Detenidos.*

Antes de desligar, a voz do homem ao telefone, que dizia estar em São Paulo, recusou-se a fornecer sua identidade, mas avisou que chamaria mais tarde. Eram 11 horas da manhã de 17 de novembro último, uma sexta-feira especialmente trabalhosa para a sucursal de VEJA em Porto Alegre, preocupada com os números e as repercussões das eleições parlamentares realizadas dois dias antes. Às 16 horas, em companhia do fotógrafo J. B. Scalco, saí para checar a informação dada em castelhano.

Havia um Passat cor creme, sem

placa, estacionado em frente ao humilde conjunto habitacional de três blocos e quatro pavimentos, no bairro porto-alegrense de Menino Deus. Ao volante, um homem forte, de calça escura e camisa clara, com uma bolsinha preta ao ombro, passou por nós e subiu as escadas em direção ao primeiro andar. Batemos à porta do apartamento 110, que foi aberta apenas alguns centímetros. Surgiu, então, o rosto assustado de uma moça morena, de cabelos escorridos e enormes olhos negros, com quem comecei a falar em espanhol.

Ela admitiu viver ali Universindo Rodríguez Díaz — mas respondia em monossílabos, apreensiva. Era possível perceber a existência de mais gente no interior do apartamento. Perguntei se ela era Lilian e, diante da resposta afirmativa, disse-lhe que havia recebido um telefonema de São Paulo e queria saber se estava tudo bem. Antes que pudesse responder, Lilian saiu de cena e a porta foi escancarada para que duas pistolas fossem apontadas para nossas cabeças, bem entre os olhos.

O homem que me apontava a arma, um sujeito de uns 30 anos, magro, altura mediana, cabelos entre castanhos e ruivos, bigodes compridos caindo pelo lado da boca, perguntou-me: "*San Pablo?*" E, com as mãos erguidas, fomos empurrados para dentro do apartamento, já dominados por trás pelo sujeito que havia subido as escadas momentos antes. A porta foi fechada, Lilian levada para as dependências internas do apartamento, e eu e Scalco colocados de frente para a parede, com as mãos para o alto e as pernas abertas.

"UMA FRIA" — A sala era pequena, escurecida pelas persianas abaixadas. Fomos revistados, e o sujeito de bigode, que me apontara uma pistola grande, prateada, aparentemente calibre 45, pareceu surpreso ao me ver falar em português. Num misto de irritação e surpresa, perguntou, desta vez em português, por que estávamos ali, quem ligara, quem era, quem nos acompanhava e, afinal, se costumávamos sair atrás de "qualquer telefonema" que recebíamos. "Eu faço o meu trabalho como vocês fazem o de vocês. Quando eu recebo uma informação, eu checo. É o que estou fazendo agora. E pelo jeito a informação era correta. Mas parece que eu caí numa fria, não?", perguntei de volta.

"Uma baita fria, cara", respondeu um homem entroncado, quase sem pescoço, cabelo bem curto, ao lado do chefe, dono da pistola apontada contra

a cabeça de Scalco. Foi a única vez que alguém na sala falou, além do chefe, durante nossa estada de vinte minutos no apartamento. Todos os outros homens da sala — três ou quatro, não foi possível precisar — se mantiveram em silêncio e não pude anotar nenhuma expressão em espanhol. As pessoas nos quartos de trás nunca se mostraram nem falaram nada. Mas as frases e os atos presenciados me davam duas certezas: os homens armados, pelo comportamento e técnica de agir, eram policiais; a fala do chefe e a frase de seu assessor indicavam claramente que eram brasileiros do Rio Grande do Sul.

ESPERANDO — Depois da bateria de perguntas e uma certa hesitação, o presumível chefe do grupo saiu do apartamento, pela porta principal, por uns cinco minutos. Quando voltou, estava transformado: amável, com um ar tranquilizador, tratou de distender o ambiente. "Tudo bem com vocês, podem baixar as mãos", disse-nos. Pediu gentilmente nossas credenciais, anotou nome, função e endereço, sem se interessar pelo telefone, e ouviu minha pergunta: "Afinal, qual é o problema com esse pessoal aí? Contrabando? Subversão?" A resposta foi evasiva: "Ah, sabe como é, estrangeiro no país, essas coisas..." Ele pediu, ainda, que não revelássemos a presença deles ao homem que nos telefonara: "Se este cara voltar a ligar, não diz que nós estamos aqui. Vamos ficar esperando".

Fomos liberados e regressamos à sucursal. Duas horas depois de nossa aparição lá, às 18 horas, avisado por telefonema semelhante, o advogado Omar

Ferri bateu à porta do apartamento e já não encontrou mais ninguém. A operação de seqüestro, descoberta, havia sido levantada. Na segunda-feira, dia 20, comecei a investigar o caso. Na Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul narrei a história ao major João Barcellos, assessor de Relações Públicas, que chamou o DCI (Departamento Central de Informações) por telefone e não constatou nada. "Tens certeza de que não estavas sonhando? Nós não fomos. Quem sabe é com a Polícia Federal."

Diante do delegado Edgar Fuques, coordenador-regional da Polícia Federal, repeti a história e a negativa foi a mesma. "É, como eu dizia, não fomos nós", respondeu o delegado, lançando a suspeita que toda a imprensa brasileira passaria a alimentar a partir daquela tarde: a operação da rua Botafogo seria a estréia brasileira na série de seqüestros realizados no exterior contra opositores da ditadura militar do Uruguai? A resposta só poderia sair de uma investigação rápida e profunda dos organismos policiais, mas a agilidade ou a disposição das autoridades não pareciam ser muito grandes.

ESCLARECIMENTOS — Subitamente, porém, no sábado, dia 25, tudo estava esclarecido para o governo de Montevideo: o casal e as crianças uruguaias desaparecidas em Porto Alegre haviam sido detidos, em data não revelada, ao penetrarem em território uruguaio com "material sedicioso", conforme diziam as dezesseis linhas do comunicado número 1 400 das Forças Conjuntas do Uruguai. As crianças, conforme o co-



Luís Cláudio Cunha e J. B. Scalco: testemunhas oculares

RICARDO CHAVES

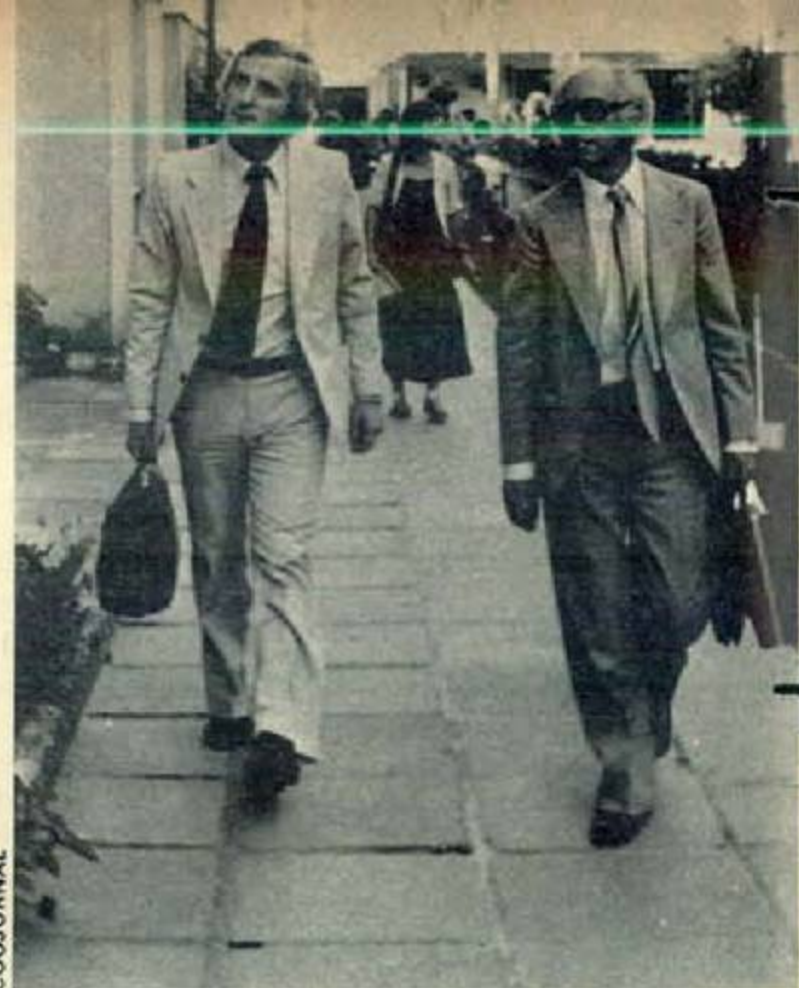
municado, foram entregues aos avós naquele dia — mas Lilian e Universindo, integrantes de uma “vasta organização internacional marxista”, continuavam detidos em local incerto e não revelado até esta data. E imediatamente um pesado silêncio baixou sobre a censurada imprensa de Montevideu.

A ameaça de escândalo, a partir daí, era quase inevitável. Até mesmo o governo dos Estados Unidos se interessara pelo caso. Já na tarde do dia anterior, sexta-feira, 24, seguindo instruções de seu governo, o cônsul dos Estados Unidos em Porto Alegre, Fred Exton, viera até a sucursal de VEJA para ouvir um minucioso relato de quase duas horas sobre o seqüestro. Depois de anotar todos os detalhes em pequenos cartões de fichário, Exton comentou: “Isto é um foco inflamatório, capaz de infectar ainda mais a imagem internacional do Uruguai”. Os primeiros indícios da inflamação pareciam proceder exatamente de Brasília. Na noite de 14 de novembro, uma alta fonte do Itamaraty não chegara a demonstrar surpresa ao saber, por um telefonema de Porto Alegre, que havia militares uruguaios operando ilegalmente no Brasil. “O governo brasileiro está inteirado e irritado com o fato”, dissera então, secamente, o funcionário. O seqüestro da rua Botafogo, naquele momento, já estava em pleno desenvolvimento.

SETORES DUROS — O segundo golpe na versão uruguaia, depois do meu testemunho e do de Scalco, foi o depoi-

mento prestado em Montevideu pelo menino Camilo, de 8 anos de idade, um dos dois filhos de Lilian. O garoto contou a jornalistas brasileiros que ele e sua irmã Francesca foram levados para um prédio em frente a um arroio, margeado por duas avenidas — cenário que se ajusta à descrição da sede da Secretaria da Segurança gaúcha. Naquele mesmo dia, à noite, as duas crianças foram colocadas num carro brasileiro e iniciaram a viagem até a fronteira, onde foram trasladadas para um veículo uruguaio, rumando depois para uma casa no litoral atlântico, já em solo uruguaio. Conforme Camilo, os autores da operação em Porto Alegre eram brasileiros, “mas havia junto dois uruguaios”. Mais tarde, na manhã do último dia 4, Camilo confirmaria a descrição ao reconhecer numa foto do prédio da Secretaria da Segurança o segundo andar onde esteve detido algumas horas em companhia da irmã. As forças militares uruguaias, porém, emitiram o comunicado 1 401, com prolixas 85 linhas e uma nova versão. Os militares, agora, diziam que tinha ocorrido um enfrentamento armado na fronteira, na região de Aceguá, no instante em que Lilian e Universindo, em um carro, e as crianças e um terceiro elemento, em outro, foram interceptados por uma patrulha rodoviária.

Um novo elemento, porém, veio complicar a segunda versão uruguaia. No dia 7, quinta-feira, chegava no Rio de Janeiro o advogado francês Jean-Louis Weil, 40 anos, representante de



Weil: fatos, e não suposições

três entidades mal vistas no Uruguai: Movimento Internacional de Juristas Católicos, Federação Internacional de Direitos do Homem, Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai. Em Porto Alegre, além de contatos com o cardeal Vicente Scherer, o governador Synval Guazzelli e o futuro Amaral de Souza, Weil ouviu durante duas horas e meia o repórter de VEJA, anotando minuciosamente os detalhes do seqüestro. E, apesar do impacto na imprensa, previu problemas no futuro próximo: “Muito provavel-

Agora é limpar a sujeira que apareceu

A nação brasileira tem tratado o seu passado, muitas vezes, de maneira atabalhoada, como um adolescente trata seus brinquedos de infância. Perdem-se documentos, monumentos, relíquias históricas. Episódios tornam-se obscuros, envoltos na névoa de versões convenientemente pasteurizadas. E, agora mesmo, uma parte da nação quer empurrar para dentro do armário o conteúdo que despencou ao chão quando a porta da democracia foi entreaberta.

Não há como, porém: já funciona por aqui uma sociedade em muitos aspectos moderna, já há um grande público disposto a acompa-

nhar os acontecimentos, e a tralha que despencou do armário já foi vista — inapelavelmente vista.

Ao futuro não convém que se oculte o passado: como dizia Joaquim Nabuco, “não há sentimento mais deprimente para a nação, como para o indivíduo, do que ter vergonha de si mesmo”. Os fatos que têm vindo à luz, com detalhes e personagens somente vislumbrados não são edificantes. Mas é preciso revelá-los. Fala-se de estrangeiros seqüestrados no Brasil e remetidos para seus países de origem por motivos políticos. Fala-se de desaparecimentos, de corrupção, de atentados. No entanto, não se lança sobre tais eventos a luz do esclarecimento oficial.

Gendarmes uruguaios penetraram solertemente em território brasileiro e daqui carregaram uma família inteira sem que nenhuma autoridade nacional tomasse conhecimento

disso? Houve colaboração de policiais locais? Quem seqüestrou? Quem ajudou a seqüestrar? Tem-se, no caso, o testemunho de dois jornalistas e a palavra de um garoto, vítima do atentado junto com a mãe. Mas não há segurança quanto ao que verdadeiramente ocorreu. A polícia gaúcha diz que não participou do crime. Mas a função da polícia não é se defender, e sim descobrir e prender os criminosos.

RESTOLHO — Ao mesmo tempo, também é preciso fazer luz sobre o comportamento dos que pretendiam derrubar o regime de armas na mão. A par do erro central de interpretação política, do oportunismo que conduziu à sandice dos assaltos a bancos, seqüestros e outros crimes, além do sacrifício de pessoas inteiramente inocentes, alheias à vida política, a chamada “luta armada” pa-

mente, mais três ou quatro operações deste tipo deverão ocorrer, nas próximas semanas; no Brasil. Eles são loucos”.

Com o governador do Rio Grande do Sul, Synval Guazzelli, Weil teve a garantia de que as investigações estavam sendo desenvolvidas pelos setores competentes. Mas com o vice e futuro governador Amaral de Souza, na tarde de sábado, o francês teve resultados que considerou decepcionantes. Num tom largamente hostil, Amaral se mostrou pouco solícito ante o pedido de Weil para que facilitasse um encontro seu com as autoridades policiais gaúchas. “Aqui no Brasil o DOPS e a polícia têm folga nos fins de semana”, evadiu-se Amaral. Weil teve que devolver com uma ironia profissional: “Mas, casualmente, o seqüestro ocorreu num domingo, *monsieur*”.

OPERAÇÃO ENTREGA — Em todo caso, a visita do jurista francês não foi perdida. Na última terça-feira, antes de embarcar para a Europa, foi taxativo a um grupo de jornalistas que o procurou no Rio de Janeiro. “Estou aqui para falar de certezas, não de possibilidades”, garantiu ele. “E tenho muito a dizer.” Em síntese, asseverou que pelo menos dois oficiais uruguaios de “alta patente” estiveram no apartamento da rua Botafogo, junto com policiais brasileiros, entre eles o delegado do DOPS, Pedro Seelig — acusado, em 1973, de matar por afogamento um menor de idade nas dependências da delegacia.

Não era a primeira vez que o nome de Seelig aparecia no caso. Na noite de domingo, 26 de novembro, o telefone soara na casa de Omar Ferri, advogado dos uruguaios seqüestrados, no elegante bairro da Tristeza, em Porto Alegre. Era quase meia-noite quando uma voz de alguém bem falante, “voz calma e bom português”, como lembra Ferri, narrou ao advogado um estranho episódio do aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre: “Eu quero lhe informar sobre a operação de entrega dos uruguaios. Dois policiais uruguaios vieram ao Brasil. Só quem sabia era o Pedro Seelig”, disse o informante a Ferri. “Primeiro despacharam as crianças de carro. Mas quando os dois jornalistas



O delegado gaúcho Pedro Seelig

apareceram a coisa complicou e eles se apavoraram.”

Nesse momento teria ocorrido o incidente no aeroporto, num dia ainda indeterminado, quando Lilian e Univer-sindo embarcaram num avião para São Paulo em companhia de dois uruguaios, armados e denunciados pelo detector de metais da fiscalização de embarque de passageiros. “Eles estavam armados e não podiam viajar. Mas o Seelig, que estava junto, pressionou o chefe da fiscalização da Polícia Federal, no serviço de tráfego internacional. O certo é que os policiais uruguaios, a Lilian e o Univer-sindo viajaram para São Paulo, e de lá para o Uruguai. Aqui eles teriam problemas para sair. De São Paulo teriam que provar a entrada. Por isso, Seelig ofereceu cédulas brasileiras.” O agente Sebastião dos Santos Alves, do Serviço de Polícia Marítima e Aérea de Fronteira, que presenciou tudo, ficou apavorado — e poderia, segundo o informante, confirmar a história.

POR ACASO — “O Seelig interferiu e teve a cobertura da Polícia Federal”, disse o mesmo informante a Ferri. “Conheço esses detalhes. Sou do *métier* por necessidade, não por aceitação moral. O DOPS e a polícia uruguaia comumente fazem isso.” O interlocutor, durante a conversa, não mostrou nenhuma preocupação com a possibilidade de o telefone estar censurado — o que leva o advogado a acreditar que ele seja efetivamente da polícia e que tenha agido com “cobertura” para dar as

rece ter amalhado em seu passivo vários gestos sem nobreza: o assassinato de elementos dissidentes, a chantagem, a delação, o desvio, em proveito pessoal, de dinheiro angariado em nome da causa.

Às pessoas honestas, e principalmente aos jovens, não aproveita que a obscuridade continue escondendo o contorno de tais ocorrências — mesmo porque alguns dos responsáveis pelos desvarios da “luta armada” no fim dos anos 60 e princípios desta década já se sentem encorajados a novamente entoar seus cânticos de sereia. E a cantiga será tanto mais atraente quanto mais seus solistas puderem exibir a condição de vítimas de algozes impunes. Os brasileiros querem paz, e não vindita. Mas também sabem que não terão tranquilidade enquanto o res-tolho da violência permanecer dissimulado.

TEMPO E AFINCO — Há quem diga que o melhor seria esquecer e perdoar os erros, anistiar a um só tempo os que teriam roubado e matado em nome da subversão da ordem e os que teriam matado e torturado em nome da sua manutenção.

A sugestão é nefasta.

Do ponto de vista da imensa maioria dos habitantes deste país — que nem matou, nem roubou, nem torturou ninguém —, não haveria pior solução do que a consagração da impunidade. É possível que não seja o caso de agir com extrema severidade.

Em nações civilizadas, investigações amplas e profundas nem sempre implicam penas pesadas. Veja-se o sempre elucidativo exemplo do caso Watergate: os culpados foram tratados com relativa indulgência, do ponto de vista penal — alguns, até, foram recolhidos a prisões

muito confortáveis. Mas não houve condescendência na divulgação de suas malfetorias. É nas nações atrasadas que se costuma infligir castigos rigorosos a partir de processos sumários de apuração.

A tarefa de limpar e arrumar o armário antes de fechar-lhe a porta é sempre complicada, mas é assim que age quem já deixou a adolescência. Com relação aos acontecimentos de que aqui se trata, o surgimento da verdade verdadeira naturalmente demandará tempo e afinco, investigações e testemunhos, trabalho jornalístico e parlamentar. Ninguém, contudo, poderá obstar essa ação sem grave prejuízo da própria honradez. A começar pelo governo: para ele jamais será conveniente agir como um réu antecipadamente culpado, que procura, pressuroso, evitar o aprofundamento das averiguações.

DIRCEU BRISOLA

informações com tanta tranqüilidade. Seja como for, logo na manhã do dia seguinte, um domingo, Ferri foi ao aeroporto e localizou o agente Sebastião Alves, que, segundo o advogado, confirmou a história — embora não revelasse o dia em que ocorrera o episódio. “O Sebastião me disse que havia recebido determinação para não falar mais nada”, contou Ferri.

A segunda evidência importante a comprometer o nome de Seelig na operação surgiu casualmente na rua da Praia, no coração de Porto Alegre, na tarde da última terça-feira, dia 12. O advogado Mariano de Freitas Beck, conselheiro da OAB-RS e deputado federal cassado, encontrou um colega que o reconheceu como um dos advogados interessados no caso do seqüestro (Beck acompanhou Weil na sua incursão pelo sul). “Estou com uma cliente apavorada”, disse o advogado a Mariano Beck. Após o encontro, compreendendo estar ali uma pista importante, Beck avisou Ferri e os dois, em companhia do também advogado Hermínio Beck, filho de Mariano, foram procurar o colega em seu escritório. Identificado como João Antônio Castro, o advogado, embora reticente, deu aos três visitantes uma pista nova: a irmã de um jovem policial do DOPS gaúcho, cliente sua, o procurara para contar que seu irmão havia participado do seqüestro — e, agora, estava nervoso com seu envolvimento no caso.

POR QUE NÃO? — Segundo o relato desta cliente, cujo nome Castro mantém em segredo, Lilian Celiberti foi presa em Porto Alegre no dia 12 de novembro, por um grupo de policiais do qual seu irmão fazia parte. Nesse dia ele precisou viajar inesperadamente: chegou em casa e pediu à irmã uma mala emprestada. Supõe-se, então, que o jovem policial tenha se instalado no apartamento da rua Botafogo, junto com os outros, até o dia de levar Lilian para o Uruguai. “O irmão da minha cliente foi um dos que levaram a moça para Montevideu”, contou Castro. “Ele é um garotão, quem comanda é o Pedro Seelig. Agora o rapaz está assustado e se arrancou daqui.” Na última quinta-feira, Castro, já nervoso e pronto para viajar para o interior, disse que não falaria mais nada. “Não adianta perguntar, nem que me torturem eu falo”, advertiu.

Em Brasília, na sexta-feira, o diretor substituto da Polícia Federal, Alceu Andrade Rocha, afirmou que só dentro de “quinze dias” haveria alguma infor-

mação definitiva sobre o seqüestro. A idéia mais sensata, até agora, parece ter sido da Ordem dos Advogados do Brasil. Na quinta-feira, seu presidente Raymundo Faoro disse que enviaria representantes a Montevideu na tentativa de ouvir as duas únicas pessoas que podem esclarecer definitivamente o caso: os próprios seqüestrados, Lilian e Universindo. E, para isso, pediu o interesse do governo brasileiro junto às autoridades uruguaias. Afinal, já que todos alegam inocência, tanto a polícia gaúcha como o governo uruguaio, por que não ouvir as vítimas?

LUÍS CLÁUDIO CUNHA

JUSTIÇA

Esperança final

O fim do AI-5 pode ajudar os condenados do MEP

Foi um dos mais tumultuados julgamentos realizados no Rio de Janeiro nos últimos anos — e, após catorze horas de debates ininterruptos, o Conselho Permanente de Justiça da 1.^a Auditoria da Aeronáutica condenou, na terça-feira da semana passada, dez dos dezessete acusados de pertencerem ao clandestino “Movimento pela Emancipação do Proletariado” a penas de dois e três anos de prisão. A leitura da sentença foi antecedida por uma longa “vigília cívica” de 500 manifestantes na porta da auditoria e na calçada em frente ao prédio da Associação Brasileira de Imprensa — manifestação inédita, desde 1968, num julgamento de crime político.

Com o objetivo repetidamente anunciado de “denunciar toda a farsa”, os manifestantes aguardaram a entrada dos acusados na sede da auditoria, no centro do Rio, cantando hinos e slogans, típicos das passeatas estudantis. A movimentação, como seria de se imaginar, contribuiu para excitar o ambiente do julgamento. Tão logo ele se iniciou, de fato, conforme VEJA apurou, pois os

repórteres não tiveram acesso à sala de sessões da auditoria, o procurador da Justiça Militar, Gastão Ribeiro dos Santos, citando a tática de protesto adotada durante a “vigília cívica”, advertiu aos juizes sobre suas “atitudes de coação”.

“A RIGOR” — Evidentemente, o comportamento dos manifestantes foi defendido pelo porta-voz dos dez advogados de defesa, que classificou a nutrida manifestação como “uma tentativa desesperada, diante da absoluta falta de provas nos autos do processo”. No calor de sua réplica, empregando uma figura de retórica, o procurador Ribeiro dos Santos voltou à carga e afirmou que “a prova é vestida de rigor da exigência legal, com sapatinho alto e vestido transparente, como convém no verão”.

Depois do julgamento, na quinta-feira, um grupo de absolvidos e familiares de condenados convocou uma entrevista para lembrar que não se surpreenderam com o resultado — “pois tínhamos certeza das intenções do sistema”. Os manifestantes da “vigília cívica”, por sua vez, prometem um “ato de repúdio” para esta segunda-feira, no Rio — e, na sexta, pretendem repeti-lo em cinco capitais brasileiras. Mais pragmáticos, os advogados constituídos pelos condenados deverão impetrar, coletivamente, habeas-corpus junto ao Superior Tribunal Militar para que lhes seja assegurado o direito de apelar da sentença em liberdade. E eles esperam conseguir um despacho favorável, porque o STM só julgará a matéria em janeiro, isto é, depois de encerrado o prazo de vigência do AI-5, que veda a concessão do habeas-corpus em questões de segurança nacional — como está classificado o caso do MEP. ●



A vigília: para “denunciar a farsa”